



14 DE JANEIRO 2009
Quarta-feira

- **MINISTRO QUER PUNIR EMPRESA QUE DEMITIR**
- **NÚMERO DE EMPREGADOS NA INDÚSTRIA PARANAENSE CAIU**
- **EMPREGO NO SETOR INDUSTRIAL REGISTRA MAIOR QUEDA DESDE OUTUBRO DE 2003**
- **CUSTO DO TRABALHO TEM AUMENTO RECORDE**
- **SINDICATOS E PATRÕES ABREM DIÁLOGO**
- **FIAT VAI PRODUZIR MOTORES EM CAMPO LARGO**
- **FUNCIONÁRIOS DA GM PROTESTAM CONTRA DEMISSÕES EM SP**
- **O RISCO DE CRESCIMENTO ZERO EM 2009**
- **MERCADO DE AÇO REAGE EM JANEIRO**
- **INSALUBRIDADE: SALÁRIO MÍNIMO PERMANECE COMO BASE DE CÁLCULO**

Câmbio		
Em 13/01/2009		
	Compra	Venda
Dólar	2,296	2,296
Euro	3,075	3,076

MINISTRO QUER PUNIR EMPRESA QUE DEMITIR

14/01/2009 – Gazeta do Povo

O crescimento das demissões no setor privado tornou-se a maior preocupação do governo. O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, criticou ontem as empresas que estão demitindo e defendeu contrapartidas sociais - como a preservação dos empregos - daquelas que forem beneficiadas com as ações do governo, como desoneração de impostos e liberação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

À noite, depois de se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Lupi disse que o governo pode aumentar em mais duas parcelas o seguro-desemprego para trabalhadores dos setores mais afetados pelas demissões.

O ministro foi convocado por Lula, que queria informações sobre os dados de dezembro do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que abrange o mercado formal de trabalho.

"O presidente está muito preocupado com a questão do emprego, porque isso é o coração da economia", afirmou Lupi.

A decisão de ampliar o seguro-desemprego, que hoje paga de três a cinco parcelas, dependerá da análise desses dados, que serão levados a Lula na próxima segunda-feira. Segundo Lupi, informações preliminares apontam para um crescimento expressivo das demissões. "Em cima dos dados de dezembro, teremos um radiografia por setores para que o presidente possa decidir que medidas a mais serão tomadas.

O ministro disse que não tratou com o presidente da exigência de contrapartidas das empresas. Mas reafirmou as declarações que havia feito à tarde, após receber dirigentes da central sindical União Geral dos Trabalhadores (UGT). "Não pode o governo brasileiro investir bilhões, colocar dinheiro público para ajudar as empresas a saírem das dificuldades, e elas continuarem demitindo."

Os sindicalistas procuraram o ministro para sugerir medidas contra as demissões e reclamar da decisão da GM de dispensar 744 temporários, mesmo após a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de automóveis.

Lupi concordou com os sindicalistas e anunciou a criação de um comitê tripartite (governo, empresários e trabalhadores) para monitorar as liberações de recursos do FAT e do FGTS.

"Ou essas empresas assumem o compromisso de não demitir ou o governo brasileiro terá de refazer essas linhas de financiamento", disse Lupi.

Ele não adiantou as medidas em estudo, mas entre as alternativas está a suspensão de crédito dos bancos oficiais para empresas que se beneficiam de ações do governo e demitem empregados. Na semana passada, Lupi também defendeu maior estabilidade para trabalhadores que tiverem os contratos de trabalho suspensos.

NÚMERO DE EMPREGADOS NA INDÚSTRIA PARANAENSE CAIU

14/01/2009 – Valor Econômico

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, anunciou a criação de um conselho tripartite para acompanhar contrapartidas sociais das empresas beneficiadas com financiamentos com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Depois de reunir-se, ontem, com o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, Lupi defendeu que as empresas que usam recursos do FGTS e do FAT sejam obrigadas a manter empregos e reiterou que que o governo ainda está estudando essa possibilidade.

"As empresas têm de garantir emprego ou o governo terá de rever essas linhas de financiamento. Não há motivo para demitir", criticou. Os nomes de representantes de

empregadores e empregados para compor o conselho ainda estão sendo enviados ao governo, mas a portaria que oficializa sua criação foi editada há poucos dias.

Se o governo acatar a proposta defendida pelo ministro do Trabalho e pelos sindicalistas, uma provável punição seria cortar o crédito com recursos desses dois fundos, indicou Lupi, que voltou a lembrar que, antes da crise, quando os empresários cansaram de ganhar dinheiro, não chamaram os trabalhadores para dividir o lucro.

O ministro recomendou "muito cuidado" aos trabalhadores nas negociações de acordos de reduções de jornada e salário. Acha que "tem muita gente querendo ganhar dinheiro na crise". Admitiu que alguns setores, principalmente os mais sensíveis à exportação e ao crédito, estão sendo mais prejudicados, mas esse problema não é generalizado, na sua avaliação.

Os números negativos do emprego industrial em novembro, divulgados ontem pelo IBGE, não surpreenderam o ministro. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), mais amplos, já vinham mostrando, desde outubro, o impacto da crise sobre o emprego. Em outubro, o Caged teve saldo de apenas 60 mil postos de trabalho celetistas e novembro foi muito pior, com perda de 40 mil vagas. Sobre dezembro, o ministro afirmou que o tradicional déficit de aproximadamente 300 mil empregos deverá ser "bem maior". Na segunda-feira, Lupi vai divulgar os números de dezembro do Caged.

O ministro admitiu que a reivindicação de alguns sindicalistas para acrescentar duas parcelas ao seguro-desemprego pode ser decidida antes da reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), marcada para março. Explicou que, se isso for autorizado, não terá caráter geral, mas será dirigido aos setores mais afetados pela crise. "O presidente está muito preocupado com o emprego porque isso é o coração da economia", comentou o ministro do Trabalho, após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ontem à noite, no Palácio do Planalto.

O Valor revelou ontem que os pedidos de seguro-desemprego, em 2008, tiveram aumento de 6,77% sobre o ano anterior. Apesar disso, o número de trabalhadores beneficiados foi 4,84% menor que em 2007: 5,8 milhões de pessoas receberam ou começaram a receber parcelas do benefício. "Janeiro e fevereiro serão fracos em termos de emprego, mas março terá o início da recuperação. Até lá, as medidas de estímulo adotadas pelo governo começarão a dar resultados", comentou Lupi.

No encontro de ontem com o ministro, o presidente da UGT levou 14 sugestões de medidas emergenciais relacionadas diretamente com o emprego e outras 13 propostas estruturais para estimular a demanda interna.

NÚMERO DE EMPREGADOS NA INDÚSTRIA PARANAENSE CAIU

14/01/2009 – O Estado do Paraná

O número de trabalhadores empregados na indústria paranaense caiu 1,6% em novembro no ano passado, em relação ao mesmo mês de 2007. Porém, os que permaneceram na ativa estão ganhando mais. O valor da folha de pagamento real, no período, aumentou 5,1% no mesmo período. Os números fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com a pesquisa, em novembro, o emprego industrial caiu 0,6% no País, em relação a outubro. Foi o maior recuo desde outubro de 2003 (-0,7%). Já na comparação nov08/nov07, o indicador continuou positivo (0,4%), porém assinalou a menor taxa desde outubro de 2006 (0,3%). No acumulado de janeiro a novembro, o nível de emprego cresceu 2,4%, mas em menor ritmo do que nos meses anteriores.

O resultado verificado no Paraná foi um dos que mais influenciaram negativamente o índice nacional, junto com Santa Catarina (-2,8%). O resultado no Estado foi pressionado pelas reduções de trabalhadores na ativa verificadas em sete segmentos, com destaque para os setores de vestuário (-19,0%), madeira (-16,6%) e produtos químicos (-18%).

No acumulado de janeiro a novembro, contudo, o nível de emprego na indústria paranaense apresentou uma leve alta de 1,4%, na comparação com o mesmo período de 2007.

Já entre as atividades industriais que mais cresceram no Paraná, destacam-se os ramos de máquinas e equipamentos (32,3%), fumo (31,3%) e metalurgia básica (30,5%). Ganharam destaque ainda os segmentos de produtos de metal (16,7%) e refino de petróleo (15,2%).

Para a economista da coordenadoria de indústria do IBGE, Denise Cordovil, a redução de trabalhadores na ativa é um efeito da desaceleração da atividade industrial em outubro e novembro. "O Paraná teve um resultado positivo no acumulado porque, no início no ano o cenário era mais favorável. Com o agravamento da crise no segundo semestre, a indústria teve que adaptar a estrutura à produção."

Por outro lado, no mesmo acumulado, o valor da folha de pagamento no Estado foi um dos que mais cresceu entre os 14 locais pesquisados pelo IBGE, com alta de 8% - resultado superior à média nacional de 6,3%. Destaque para crescimento da folha dos setores de máquinas e equipamentos (32,3%) e de alimentos e bebidas (8,2%).

Horas pagas

No País, a queda de -1,7% em novembro, comparado a outubro, no número de horas pagas foi a maior desde o início da série, em janeiro de 2001. Na comparação com novembro de 2007, também houve queda, de -0,4%. No acumulando, porém, o resultado é positivo (2,3%).

Já a folha de pagamento real encolheu 2,7% ante out/08, na série ajustada, permanecendo positiva em relação a nov/07 (4,1%) e no acumulado no ano (6,3%).

EMPREGO NO SETOR INDUSTRIAL REGISTRA MAIOR QUEDA DESDE OUTUBRO DE 2003

14/01/2009 – Valor Econômico

O nível de emprego na indústria seguiu o ritmo da produção e caiu 0,6% em novembro, na comparação com o mês anterior. É a maior queda desde outubro de 2003 (-0,7%). Em relação a igual período do ano passado, porém, houve aumento de 0,4%. Foi o 29º mês consecutivo com resultado positivo na comparação com igual período no ano anterior. Esse aumento, porém, foi o menor constatado desde outubro de 2006 (0,3%).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgou os números ontem, os resultados de novembro estão "em linha com a desaceleração da produção industrial nos últimos dois meses". De janeiro a novembro, o IBGE verificou crescimento de 2,4% em relação a período correspondente no ano passado. No acumulado dos últimos 12 meses, a alta chega a 2,5%.

O valor da folha de pagamento dos trabalhadores da indústria também teve a segunda contração consecutiva, com queda de 2,7% em novembro, na comparação com o mês anterior. Em relação a novembro do ano passado, o incremento foi de 4,1%. De janeiro a novembro, o acréscimo foi de 6,3%, e nos últimos 12 meses, a alta acumulada também é de 6,3%.

O IBGE indicou que, na comparação com novembro de 2007, houve crescimento dos postos de trabalho em 11 dos 18 setores pesquisados, com destaque para com máquinas e equipamentos (6,3%), alimentos e bebidas (1,9%), minerais não-metálicos (7,5%), meios de transporte (4,1%) e máquinas, aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (4,9%). Em sentido contrário, vestuário (-9,8%), madeira (-9,9%) e calçados e artigos de couro (-8,2%) exerceram as principais pressões negativas.

Nas regiões avaliadas, constatou-se aumento no nível de emprego na indústria em 8 das 14 áreas pesquisadas, com maiores impactos observados em São Paulo (0,7%) e Minas Gerais (2,9%), na comparação com novembro de 2007.

Na comparação relativa aos primeiros 11 meses do ano, o IBGE observou crescimento em 12 dos 18 ramos e em 11 dos 12 locais pesquisados. As principais influências no ano vêm de São Paulo (3,3%) e Minas Gerais (4,5%).

Em relação a novembro de 2007, o ganho salarial na indústria foi constatado em 13 das 14 áreas avaliadas. A exceção é a Bahia, onde houve recuo de 0,8%. Os principais destaques positivos foram São Paulo, cujo aumento chegou a 4% - principal contribuição - , Minas Gerais (10,6%) e Paraná (5,1%).

A folha de pagamento real cresceu em 12 dos 18 ramos investigados, na comparação com novembro de 2007. Os maiores impactos positivos vieram de produtos de metal (13,5%), minerais não-metálicos (19,6%), metalurgia básica (14%) e meios de transporte (4%).

O número de horas pagas na indústria caiu 1,7% em relação ao mês anterior, maior queda notada desde o início da série histórica, em janeiro de 2001. Em relação a novembro de 2007, o número de horas pagas teve a primeira queda após 29 meses, com recuo de 0,4%.

CUSTO DO TRABALHO TEM AUMENTO RECORDE

14/01/2009 – Valor Econômico

A queda na produção industrial em novembro superior à desaceleração dos custos com folha de pagamento provocou um salto no custo unitário do trabalho. O indicador, que mede a evolução do salário real descontada a produtividade, apresentou aumento de 10,9% no penúltimo mês do ano, comparado a igual período do ano anterior, a maior da série produzida pela Tendências Consultoria Integrada, que teve início em dezembro de 2001. Em relação a outubro, houve aumento de 2,6% no custo unitário do trabalho, feitos os ajustes sazonais.

Silvia Costanti/Valor



David Kupfer: "Demitir significa piorar o índice de produt, de São Paulo

A elevação do indicador, que se baseia em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já era esperada por economistas e é interpretada como um sinalizador de que as indústrias poderão demitir nos próximos meses para ajustar o nível de mão-de-obra à atual escala de produção. Em novembro, a produtividade da indústria apresentou queda de 3,5% em comparação com o mês anterior, resultado da redução de 5,2% na produção e de 1,7% no total de horas pagas, na série dessazonalizada. Em relação a novembro de 2007, a perda de produtividade foi de 5,9% - ambos resultados foram recordes na série da consultoria. No mês, a folha média real de pagamentos cresceu 3,68%.

"A piora na produtividade e no custo do trabalho já era esperada devido à queda na produção e deve apresentar piora nos próximos meses, com a redução mais intensa na produção", avalia a economista da Tendências Ariadne Vitoriano. A consultoria prevê para dezembro queda na produção industrial de 4,7% ante novembro. Ela também estima piora na folha real de pagamentos, mas em ritmo mais lento, dado que a queda no emprego será menos intensa que na produção e a evolução na folha real de pagamentos será favorecida pela inflação mais baixa em dezembro.

O cálculo da consultoria aponta rápida aceleração no custo unitário do trabalho no acumulado de 12 meses, passando de 0,46% até outubro para 1,3% em 12 meses até novembro. As maiores variações ocorreram em setores que não registraram redução significativa em sua força de trabalho, como no caso de coque, refino de petróleo, combustíveis e álcool (17,3%), produtos de metal (8,9%), metalurgia básica (6,8%), minerais não-metálicos (5,9%), produtos químicos (4,9%) e máquinas e aparelhos elétricos e eletroeletrônicos (3,5%). A exceção ficou com o segmento de madeira, que mesmo tendo reduzido mão-de-obra, ainda apresentou alta de 9% no custo unitário do trabalho.

Houve queda no custo nos setores de calçados e couro (1%) e vestuário (0,8%), que já fizeram ajustes na folha até novembro. O desempenho produtivo ainda superior à elevação dos custos com contratações garantiu queda no custo do trabalho em papel e gráfica (6%), borracha e plástico (2,1%), meios de transporte (2,7%) e máquinas e equipamentos (0,7%).

O diretor de pós-graduação do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), David Kupfer, observa que a discrepância entre o ritmo de queda na produção e do emprego é natural, tendo em vista que as indústrias analisam a tendência do mercado no médio prazo antes de demitir ou contratar. "Reduzir a produção resolve o problema de estoque, que é de curto prazo. Demitir significa perder mão-de-obra qualificada e piorar o índice de produtividade. É preciso que o aumento do custo do trabalho se repita para afirmar com certeza quais setores irão reduzir pessoal."

Para Kupfer, os ajustes no mercado de trabalho ocorrerão ao longo dos próximos meses e os efeitos desse encolhimento vão perdurar no longo prazo, a não ser que o governo promova medidas que contribuam para reaquecer a economia brasileira.

A economista da Rosenberg e Associados Thaís Marzola Zara também estima que haverá piora no mercado de trabalho industrial. "Em um primeiro momento houve queda brusca da produção com uma redução menos precisa do emprego. Com isso, a folha média real aumentou acima da produtividade. A tendência é que os setores com pior desempenho efetuem cortes a partir de agora", afirma. A consultoria estima para dezembro queda de 8% na produção industrial, em relação a novembro, com ajuste sazonal.

Ontem, dois indicadores que refletem a atividade industrial ratificaram a tendência de queda prevista por economistas. As vendas do setor de papelão ondulado recuaram 4,52% em dezembro, comparado a igual mês de 2007, informou a Associação Brasileira do Papelão Ondulado (ABPO). O Sinalizador da Produção Industrial, indicador produzido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com a AES Eletropaulo, apontou para dezembro queda na produção industrial paulista de 13,5% em relação a novembro, com ajuste sazonal. Se confirmado o número, no ano, a produção paulista terá crescido 5,4%, ante 7% no acumulado de 12 meses até novembro. O indicador apontou para novembro queda de 6%, mas os dados oficiais indicaram queda de 3,2%.

SINDICATOS E PATRÕES ABREM DIÁLOGO

14/01/2009 – Gazeta do Povo

Diante da expectativa de que o desemprego se alastre ainda mais no Brasil, sindicalistas e empresários reuniram-se ontem, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), para discutir propostas que possam conter as demissões. Mas a reunião, mais uma vez, terminou sem acordo. Os números oficiais de dezembro ainda não foram divulgados, mas a estimativa é de que possam mostrar 600 mil demissões – o dobro das 300 mil que tradicionalmente ocorrem no último mês do ano. "Sabemos que janeiro poderá ser muito pior", disse Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical, após a reunião na Fiesp.

Paulo Skaf, presidente da Fiesp, disse que esta foi apenas primeira iniciativa para abrir diálogo entre os dois lados. "Se uma reunião só resolvesse o problema ele não seria grande."

Tanto Skaf como os sindicalistas reiteraram que existem alternativas dentro da lei para lidar com o momento de desaquecimento da economia e, assim, preservar os postos de trabalho. "Não precisa flexibilizar a lei ou começar uma nova", salientou Skaf. Segundo ele, opções como banco de horas, bolsa-qualificação (pelo qual o empregado é colocado em licença e pode fazer cursos de capacitação) e redução de jornada e salário estão previstas na atual legislação.

FIAT VAI PRODUIR MOTORES EM CAMPO LARGO

13/01/2009 – Gazeta do Povo

A montadora Fiat pretende instalar uma fábrica de motores em Campo Largo, na região metropolitana de Curitiba. O anúncio foi feito pelo vice-presidente da empresa no Brasil, Valentino Rizzoli, nesta terça-feira (13), durante a reunião semanal do

secretariado do governo estadual, a Escola de Governo. A previsão é que sejam criados 500 empregos diretos.

A fábrica deve ser implantada no local onde funcionou a Tritec Motors, que fechou em julho do ano passado. O investimento é de R\$ 250 milhões, segundo informações da Agência Estadual de Notícias. O objetivo da Fiat Power Technologies - FPT, subsidiária do Grupo Fiat, é tornar a fábrica de Campo Largo a maior produtora de motores para veículos da América Latina.

O grupo pretende reativar a produção de motores para o mercado externo, mas quer transformar a fábrica também numa produtora de motores para o mercado nacional. Os motores poderão ser feitos tanto para os modelos da Fiat como para outras montadoras. O investimento anunciado será aplicado no desenvolvimento de novos tipos de motores, de novas tecnologias, no aumento da capacidade de produção da fábrica e na capacitação dos funcionários.

Com a unidade de Campo Largo, o Grupo Fiat passa a ter quatro fábricas de motores no Brasil, que produzem 700 mil unidades por ano. A meta é ampliar essa produção até 2010, para 1,2 milhão de motores.

FUNCIONÁRIOS DA GM PROTESTAM CONTRA DEMISSÕES EM SP

14/01/2009 – Gazeta do Povo

Os funcionários do primeiro turno da General Motors (GM) de São José dos Campos (SP), no Vale do Paraíba, pararam as atividades na manhã desta terça-feira em protesto às demissões anunciadas pela montadora nos últimos dias.

De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, os trabalhadores pararam a produção entre 5h50 e 6h50 em setores onde são fabricados carros como o Corsa e a S-10, numa atividade que é a primeira de uma denominada "escalada de mobilizações" contra as demissões.

Ainda segundo o sindicato, na assembleia, os metalúrgicos aprovaram por unanimidade a exigência de que a empresa readmita os trabalhadores dispensados e conceda estabilidade no emprego a todos.

Os trabalhadores ainda reivindicaram a atuação dos governos federal, estadual e municipal contra as demissões e em favor dos empregos dos metalúrgicos. O sindicato buscará negociar com a empresa o mais rápido possível. Uma nova assembleia com os trabalhadores do segundo turno está marcada para às 14 horas desta terça.

A GM dispensou ontem 744 trabalhadores com contrato temporário na unidade de São José dos Campos, um mês após o governo reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O vice-presidente da montadora no Brasil, José Carlos Pinheiro Neto, disse que a redução do IPI não recuperou o ritmo de vendas dos modelos fabricados na unidade. "Tomamos a decisão rigorosamente seguindo o mercado interno.

O RISCO DE CRESCIMENTO ZERO EM 2009

14/01/2009 – Valor Econômico

As notícias de enfraquecimento da atividade econômica se acumulam e já há quem projete crescimento zero para a economia brasileira em 2009. A evidência histórica não desmente essa possibilidade. Nas últimas três grandes crises econômicas internacionais, afetado pela turbulência, o Brasil experimentou queda brusca do Produto Interno Bruto (PIB). Pelo andar da carruagem, está cada vez mais claro que isso pode acontecer novamente agora.

Ciclos Econômicos no Brasil (PIB real)				
Variação anual (em %) da média móvel de quatro trimestres				
Ano/Evento	Pico	Vale	Do Pico ao vale	Nº de trimestres
1995 (Crise Mexicana)	8,5	0,0	-8,5	4
1997 (Crise Asiática)	4,2	-0,8	-5,0	9
2001 (Recessão nos EUA)	4,3	0,5	-3,9	6
Média	5,7	-0,1	-5,8	6
2009 (Recessão Global)	6,3	0,0	-6,3	5

No início de dezembro, quando confrontadas com a deterioração econômica do país, autoridades do Banco Central (BC) alegavam que outubro e novembro haviam sido meses de pânico, e que nesses momentos os agentes atuam de forma irracional. A tendência, diziam, é que a economia voltasse a funcionar razoavelmente tão logo a liquidez e o crédito fossem restabelecidos, mesmo que parcialmente. Infelizmente, os números da atividade divulgados no último mês do ano e nos primeiros dias de 2009 mostram um quadro nebuloso.

Em novembro, a produção industrial recuou 5,2% face a outubro, registrando a maior queda em quase 14 anos. O declínio foi generalizado. Em dezembro, a produção de automóveis caiu 54% em relação a dezembro de 2007 e 47% quando comparada ao mês anterior. O Sinalizador da Produção Industrial, apurado pela Fundação Getúlio Vargas em parceria com a AES Eletropaulo e que se baseia no consumo de energia, aponta recuo de 13,5% na produção da indústria paulista em dezembro.

O emprego industrial sofreu, também naquele mês, o maior tombo desde outubro de 2003. O nível de utilização da capacidade instalada da indústria decresceu, segundo o Iedi, seis pontos percentuais - para 79% - desde o início da fase aguda da crise financeira internacional, em setembro.

"O Brasil é muito mais sensível ao cenário global do que as pessoas normalmente imaginam. E o cenário global, por sua vez, é gravíssimo", diz o economista Marcelo Carvalho, da área de pesquisa do banco Morgan Stanley. Há dois dias, o banco reviu para baixo as expectativas de crescimento das economias americana e global. No caso dos Estados Unidos, o que se prevê agora é um encolhimento de 2,4% no PIB em 2009, face a uma expansão de 1,1% em 2008.

Já a economia mundial, que pode ter fechado o ano passado com crescimento de 3,5%, deve expandir apenas 0,6% neste ano. Trata-se de um resultado pavoroso. A última vez em que a economia global cresceu tão pouco foi no início dos anos 80 - cerca de 1% em 1982, ano da chamada crise da dívida dos países do Terceiro Mundo. "Estamos falando de números, portanto, abaixo do ocorrido naquela época", observa Carvalho.

No terceiro trimestre de 2008, a economia brasileira expandiu, em termos anualizados, 6,8%. Considerando-se a média de crescimento dos quatro trimestres concluídos em setembro de 2008, o Brasil cresceu 6,3%. Este foi, portanto, o pico do

ciclo recente. Uma queda desse patamar para zero até o fim deste ano seria brusca, mas, como lembra o analista do Morgan Stanley, recuos dessa magnitude ocorreram nas crises desde 1995.

"A média de desaceleração do crescimento entre pico e vale nas últimas três crises foi de cerca de 5,8%. Na verdade, a redução do crescimento do Brasil na esteira da crise mexicana de 1995 foi ainda maior. Naquela ocasião, o crescimento do PIB caiu de 8,5% para zero no espaço de apenas quatro trimestres", explicou Marcelo Carvalho (ver tabela). "Tenho grande convicção de que a desaceleração econômica no Brasil vai ser muito mais intensa do que as pessoas imaginam."

A projeção de crescimento zero para 2009 feita pelo Morgan Stanley é mais pessimista que o consenso do mercado, apurado pelo BC por meio do Boletim Focus. Segundo esse consenso, a economia brasileira deve crescer 2% neste ano. Num caso ou no outro, embora 2% seja um número muito mais palatável do que zero, o que se está prevendo para o Brasil é muito ruim e representa uma mudança drástica de percepção. Faz a previsão oficial, de um crescimento de 4%, incluída pelo governo na proposta orçamentária de 2009, parecer um delírio. "O que a gente está vendo de cenário global é mais grave do que se imaginava até pouco tempo atrás. E dada essa relação significativa entre a economia brasileira e a economia mundial, há poucos motivos para otimismo quanto ao crescimento aqui de curto prazo", observa Marcelo Carvalho.

A deterioração acelerada da atividade econômica justificaria facilmente a redução da taxa de juros na reunião da próxima semana do Comitê de Política Monetária (Copom). A necessidade de diminuição da taxa Selic é defendida hoje por dez em cada dez analistas. A dúvida é sobre o tamanho do corte. O BC alega que, embora o quadro inflacionário se mostre benigno, há ainda o risco de repasse da desvalorização do real frente ao dólar aos preços no mercado interno.

O fato é que, até agora, esses repasses não aconteceram. Primeiro, porque, com a desaceleração da economia, não há espaço para aumentos de preços. Em segundo lugar, porque está em curso um processo desinflacionário na economia global que, somado à queda dos preços das commodities, barateia as importações. Tecnicamente, estariam dadas as condições para o Copom começar a reduzir, de forma agressiva, a taxa Selic.

MERCADO DE AÇO REAGE EM JANEIRO

14/01/2009 – Gazeta Mercantil

As vendas de aço surpreenderam as distribuidoras neste início de ano. "As consultas e o fechamento de negócios foram acima do esperado", disse Christiano da Cunha Freire, presidente do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda). De acordo com ele, em dezembro, com o mercado estagnado, a entidade revisou a previsão de vendas para janeiro, para um desempenho de 167 mil toneladas, o que significaria queda de quase 50% em relação a janeiro de 2008. "Se continuar assim, podemos fechar o mês com 270 mil toneladas, como previmos inicialmente." Ainda assim, o volume é 30% menor que o negociado em janeiro do ano passado.

O executivo alertou que é cedo para saber se os negócios já fechados indicam uma retomada da produção industrial ou simplesmente reposição de estoque, já que em dezembro as vendas foram muito baixas. Segundo dados preliminares do Inda, as

vendas de aço somaram cerca de 170 mil toneladas em dezembro, o que representa queda de 36% ante o comercializado no mesmo mês de 2007.

A queda das vendas já fez a ArcelorMittal Tubarão decidir pela redução dos preços de seus produtos. A empresa não confirma a informação, mas, segundo as distribuidoras, o ajuste deve acontecer a partir da semana que vem. A Usiminas informou que não deve realizar reduções por enquanto e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) não quis se pronunciar a respeito.

A queda nos preços do aço no mercado internacional está entre os motivos que serão levados à mesa de negociação para definir o preço do minério de ferro em 2009. Siderúrgicas chinesas já iniciaram conversações com mineradoras para firmar contratos anuais. As usinas japonesas também devem abrir negociações esta semana.

INSALUBRIDADE: SALÁRIO MÍNIMO PERMANECE COMO BASE DE CÁLCULO

13/01/2009 – TST

Até que seja editada lei sobre a matéria ou celebrada convenção coletiva que regule o adicional de insalubridade, a base de cálculo desta parcela continua a ser o salário mínimo. Com a aplicação da Súmula nº 228 do Tribunal Superior do Trabalho suspensa liminarmente pelo Supremo Tribunal Federal, o TST tem seguido a orientação do próprio STF e rejeitado recursos extraordinários em matérias que tratam do adicional, devolvendo os processos à instância de origem. "O STF fixou o entendimento de que, após a Constituição Federal de 1988, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de servidor público ou de empregado", explica o ministro Milton de Moura França, vice-presidente do TST, a quem cabe a apreciação de recursos extraordinários ao STF de decisões do TST.

A definição da base de cálculo do adicional de insalubridade foi um dos temas que mais mobilizou os leitores do sítio do Tribunal Superior do Trabalho na Internet ao longo de 2008. Desde a edição, pelo Supremo Tribunal Federal, da Súmula Vinculante nº 4, que proíbe a utilização do salário mínimo – base até então adotada pela CLT e pela jurisprudência trabalhista –, muitas dúvidas surgiram. É que a Súmula, embora declarando inconstitucional a adoção do salário mínimo, não fixou outro critério e entendeu não ser possível a sua substituição por decisão judicial. Mas o próprio STF explicitou que o salário mínimo deverá continuar servindo de base até que a questão seja objeto de lei ou de convenção coletiva.

Histórico

O artigo nº 192 da CLT assegura ao trabalhador que exerce seu trabalho em condições insalubres adicionais de 40%, 20% e 10% do salário mínimo, conforme o grau de insalubridade – cuja definição compete ao Ministério do Trabalho. Esta norma servia de parâmetro para as decisões da Justiça do Trabalho. De acordo com a redação original da Súmula nº 228 do TST, editada em 1985, o percentual do adicional de insalubridade incidia sobre o salário mínimo, à exceção dos empregados que tivessem salário profissional fixado por lei, convenção coletiva ou sentença normativa. Para estes últimos, a base de cálculo era o salário profissional – ou piso salarial da categoria.

Em 1988, a Constituição Federal (artigo 7º, inciso IV) vedou a utilização do salário mínimo como indexador e "sua vinculação para qualquer fim". Na ausência de

questionamento a respeito, porém, o artigo 192 continuou a ser adotado no caso da insalubridade.

Em maio de 2008, no julgamento de recurso extraordinário de uma ação proposta em primeira instância por policiais militares de São Paulo, o STF decidiu que a vinculação do adicional ao salário mínimo ofende a Constituição Federal, e considerou revogado o dispositivo da Lei Complementar nº 432/1985, do Estado de São Paulo, que utilizava esta base de cálculo. A decisão serviu de base para a Súmula Vinculante nº 4, segundo a qual, salvo os casos previstos na Constituição federal, "o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado nem ser substituído por decisão judicial".

Em junho, o TST alterou a redação da Súmula nº 228, e adotou, por analogia ao artigo 193 da CLT (que trata da periculosidade), o salário básico do trabalhador (sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa) como base de cálculo. A alteração, porém, foi objeto de reclamação constitucional movida pela Confederação Nacional da Indústria no STF. Em julho, o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, suspendeu liminarmente a aplicação na nova redação. "No julgamento que deu origem à Súmula Vinculante nº 4, esta Corte entendeu que o adicional de insalubridade deve continuar sendo calculado com base no salário mínimo, enquanto não superada a inconstitucionalidade por meio de lei ou convenção coletiva", reafirmou o ministro Gilmar na ocasião. O teor dessa decisão tem sido mencionado pelo ministro Moura França nos despachos em que nega seguimento aos recursos extraordinários.